

Relatório da administração

1. Mensagem da administração: A administração da Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. **2. A Companhia:** A Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 28 de janeiro de 2019 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. **3. Principais acontecimentos no exercício:** (a) **Fase pré-operacional** - A Companhia encontra-se em fase de construção da sua linha de transmissão e conforme contrato de concessão, tem previsão de entrar em operação comercial em março de 2024. (b) **Financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A.** - No dia 31 de outubro de 2020 a Companhia assinou contrato para obtenção da Cédula de Crédito Bancário (CCB) com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no valor total de R\$ 800.000 destinados à implantação do sistema de transmissão da Companhia. Sobre o total da dívida incidirá a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC), composta pelo Fator de Atualização Monetária (FAM) e pelo Componente Prefixado da TFC de aproximadamente 1,3% ao ano. A dívida resultante do CCB será paga em 252 prestações mensais e sucessivas, sendo a primeira prestação no dia 15 de novembro de 2023 e as demais prestações sempre no dia 15 dos meses subsequentes, vencendo-se a última prestação em 15 de novembro de 2044. O primeiro desembolso ocorreu em agosto de 2021 no montante de R\$ 236.105 mil. Em dezembro de 2021 houve o segundo desembolso no valor de R\$ 143.213 mil. (c) **1ª emissão de debêntures** - No dia 15 de abril de 2021, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$ 220.000 que são destinadas à realização de investimentos, refinanciamentos e distribuição de recursos à acionista, bem como para capital de giro da Companhia. A liquidação da emissão ocorreu em 01 de maio de 2021. Sobre o saldo devedor incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias de DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, acrescida de spread de 1,70% ao ano. Os juros remuneratórios e a amortização de principal são pagas semestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2023 e o último na data de vencimento em 15 de abril de 2046. (d) **Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)** - No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia recebeu aportes no valor total de R\$ 151.425 mil. **4. Governança corporativa:** As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. (a) **Diretoria** - A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão no interesse da Companhia. (b) **Conselho Fiscal** - O Conselho Fiscal, funcionando de forma não permanente, é composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos conselheiros, as atribuições e os poderes conferidos por lei. **5. Declaração da Diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro (em milhares de Reais)				Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de Reais)					
	Nota	2021	2020		Capital Social	Reservas de lucros	Lucros a realizar	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Caixa e equivalentes de caixa	8	23.019	760						
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	-	808						
Ativo de contrato	10	49.273	-	Saldo em 31 de dezembro de 2019	100	20	5.816	1.939	7.875
Impostos e contribuições a recuperar	(1)	1.342	234	Aumento de capital por meio de AFAC	49.862	-	-	-	49.862
Pagamentos antecipados		561	786	Lucro líquido do exercício	-	-	-	62.350	62.350
Outros ativos		248	550	Reserva legal	17 (b)	3.117	-	-	(3.117)
Total do ativo circulante		74.443	3.137	Reserva de lucros a realizar	17 (b)	-	14.808	(14.808)	-
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	205.924	-	Reserva de retenção de lucros	17 (b)	-	44.425	(44.424)	-
Ativo de contrato	10	1.154.444	261.375	Saldo em 31 de dezembro de 2020	49.962	3.137	50.241	16.747	120.087
Total do realizável a longo prazo		1.360.368	261.375	Aumento de capital por meio integralização do AFAC	175.410	-	-	-	175.410
Total do ativo não circulante		1.360.368	261.375	Lucro líquido do exercício	-	-	-	236.724	236.724
Total do ativo		1.434.811	264.512	Reserva legal	17 (b)	11.836	-	(11.836)	-
Fornecedores	11	30.739	40.352	Reserva de lucros a realizar	17 (b)	-	56.222	(56.222)	-
Contas a pagar	12 (b)	4.863	-	Reserva de retenção de lucros	17 (b)	-	168.666	(168.666)	-
Financiamento		6.522	-	Saldo em 31 de dezembro de 2021	225.372	14.973	218.907	72.969	532.220
Impostos e contribuições a recolher		4.668	2.911	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Contas a pagar partes relacionadas	22	-	16.874						
Pis e Cofins diferidos	14	4.558	-						
Total do passivo circulante		51.350	60.136						
Financiamento	12	327.273	-						
Debêntures	13	218.369	-						
Contas a Pagar	12 (b)	40.363	-						
Pis e Cofins diferidos	14	106.786	24.177						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	158.450	36.126						
Adiantamento para futuro aumento de capital		851.241	23.985						
Total do passivo não circulante		1.408.224	144.224						
Total dos passivos		1.408.224	144.224						
Capital social	17 (a)	225.372	49.962						
Reserva de lucros	17 (b)	306.848	70.126						
Total do patrimônio líquido		532.220	120.088						
Total do passivo e patrimônio líquido		1.434.811	264.512						

Demonstrações do resultado			
Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	18	855.228	205.038
Custo de construção	19	(460.000)	(110.291)
Outros		(509)	-
Custos operacionais		(460.509)	(110.291)
Lucro bruto		394.719	94.747
Serviços de terceiros		(98)	(5)
Outros		(412)	(0)
Despesas operacionais		(509)	(5)
Resultado antes das despesas financeiras		394.209	94.742
Receitas financeiras	20	5.983	12
Despesas financeiras	20	(41.144)	(283)
Despesas financeiras líquidas		(35.161)	(271)
Resultado antes dos impostos		359.048	94.471
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	(122.324)	(32.121)
Imposto de renda e contribuição social		(122.324)	(32.121)
Lucro líquido do exercício		236.724	62.350

Demonstrações do resultado abrangente			
Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
	Nota	2021	2020
Lucro líquido do exercício		236.724	62.350
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total do exercício		236.724	62.350

Demonstrações dos fluxos de caixa			
Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		236.724	62.350
Lucro líquido do exercício		236.724	62.350
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	122.324	32.121
- Juros, correção monetária e custo de transação sobre debêntures e financiamento		40.319	-
- PIS E COFINS diferido	18	87.167	20.900
Fluxo de caixa das atividades operacionais		466.534	115.371
Variáveis em:			
- Títulos e valores mobiliários		808	(808)
- Impostos e contribuições a recuperar		(1.108)	(234)
- Pagamentos antecipados		225	990
- Outros ativos		300	(550)
- Fornecedores		(9.613)	33.754
- Contas a pagar partes relacionadas	22 (a)	(16.874)	-
- Contas a Pagar	12 (b)	(1.206)	-
- Impostos e contribuições a recolher		1.757	1.968
Fluxo de caixa das atividades operacionais		460.823	150.491
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(1.148.266)	(225.938)
Títulos e valores mobiliários		(205.924)	-
Ativo de contrato - construção	10	(942.342)	(225.938)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		49.862	26.135
Integralização de capital		49.862	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	22 (a)	151.425	26.135
Custo de transação		(41.040)	-
Financiamentos - captação	12	379.317	-
Debêntures - captação	13	220.000	-
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		709.702	75.997
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		22.259	550
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	760	210
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		23.019	760

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 28 de janeiro de 2019 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. A Companhia encontra-se em fase de construção da sua linha de transmissão e conforme contrato de concessão, tem previsão de entrar em operação comercial em março de 2024. Durante esta fase pré-operacional, dependerá dos aportes de capital de seu acionista e/ou de financiamento obtido junto às instituições financeiras, até o momento que passe a gerar seus próprios fluxos de caixa operacionais. Portanto, as demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Em 31 de dezembro de 2020 o capital circulante negativo é de R\$ 56.999. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Brasil S.A. (Celedo Redes). **1.1 Contrato de concessão** - O contrato de concessão N° 16/2019 ("Contrato"), para o período de 30 anos, tem como objetivo: instalações de transmissão nos estados do Pará e do Amazonas, compostas pela (i) linha de transmissão Oriximiná - Juruti, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 138 km, com origem na subestação Oriximiná e término na subestação Juruti, (ii) pela linha de transmissão Juruti - Parintins, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 102 km, com origem na subestação Juruti e término na subestação Parintins, (iii) pelo pólo novo de 230 kV na subestação Oriximiná, (iv) pela subestação Juruti, (v) pela subestação Parintins 230/138/13,8 kV e (vi) e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato foi assinado no dia 22 de março de 2019 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 22 de março de 2049. **1.2 Receita Anual Permitida** - A RAP estipulada no contrato de concessão para a Companhia é de R\$ 120.122. A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") revisará a Receita Anual Permitida ("RAP") da Companhia, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A RAP da Companhia é reajustada em cada ciclo pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). **2 Base de preparação: Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 08 de março de 2022. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 10), análise do risco de crédito para

determinação da provisão para perdas esperadas de crédito (nota explicativa 6.6) e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 16). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6 Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **6.1 Instrumentos financeiros - (a) Reconhecimento e mensuração inicial** - Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um ativo a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um ativo a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente - i. Ativos financeiros** - (i) reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. **ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios** - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o reconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros** - Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não a atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas** - **iv.1 Ativos financeiros a VJR** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado** - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no reconhecimento é reconhecido no resultado. **iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. **iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas** - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no reconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento - i. Ativos financeiros** - A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente

todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **ii. Passivos financeiros** - A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(d) Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(e) Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados. **6.2 Ativo de contrato** - Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O CPC 47 estabelece o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadrando a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção (que varia entre 5% e 30%) de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. **ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem (que varia entre 20% e 25%) sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção.** **iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto (que varia entre 10% e 15%) definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ele designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **6.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia. **6.4 Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto são contabilizados de acordo**

em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **(a) Contratos Onerosos custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)** - As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor. **(b) Outras normas** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); (ii) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); (iii) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); (iv) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); (v) IFRS 17 Contratos de Seguros; (vi) Definição de estimativa contábil (Alterações CPC 23); (vii) Divulgação de políticas contábeis (Alterações CPC 26); e (viii) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações CPC 32). Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

	2021	2020
Conta corrente	1.080	18
Operações compromissadas	(a) 21.913	-
Aplicações automáticas	(b) 26	741
	23.019	760

A Companhia estruturou seus recursos por meio de operações compromissadas atrelados ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A Taxa média de indexação dessas aplicações foi de 56% do DI com vencimento em janeiro de 2022. As aplicações financeiras foram geradas pela emissão das debêntures e do financiamento, conforme nota explicativa 12 e 13. (a) O saldo refere-se a aplicação automática de curto prazo realizada pelo Banco Itaú vinculada a conta corrente da companhia. **9 Títulos e valores mobiliários:** **i. Circulante** - Em 31 de dezembro de 2021 não há recursos aplicados em Certificado de Depósito Bancário (CDB) de curto prazo. **ii. Não circulante** - Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures, a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização da operação, recursos em uma conta denominada "conta reserva", valores equivalentes ao saldo mínimo de 6 (seis) parcelas dos subcréditos A e B e 3 (três) parcelas referente ao subcrédito C, incluindo pagamentos de amortização do principal, atualização monetária e dos juros remuneratórios das debêntures. Em 31 de dezembro de 2021 a totalidade dos recursos no valor de R\$ 205.924 estão aplicados em Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao Depósito Interbancário (DI) do Banco da Amazônia. A taxa de indexação dessa aplicação é de 99,59% do DI com vencimento entre agosto de 2022 e dezembro de 2023.

	2021	2020
Em 31 de dezembro de 2019 e 2020	261.375	35.437
Receita de construção	942.342	225.939
Em 31 de dezembro de 2020 e 2021	1.203.717	261.375

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2021	2020
Circulante	49.273	-
Não circulante	1.154.444	261.375
	1.203.717	261.375

11 Fornecedores

	2021	2020
Materiais e serviços	30.739	14.001
Partes relacionadas	(a) -	26.351
	30.739	40.352

(a) Veja nota explicativa 22 (b).

12 Financiamento

	2021	2020
Captação	379.317	-
Juros	13.159	-
Custo de transação	(59.750)	-
Amortização - custo de transação	1.069	-
Financiamento	(a) 392.476	-
Custo de transação	(b) (58.681)	-
Em 31 de dezembro de 2021	333.795	-

(a) A Companhia assinou na data 30 de outubro de 2020 uma Cédula de Crédito Bancário ("CCB") com o Banco da Amazônia S.A (BASA), tendo como Avalistas a Celeo Redes Brasil e a Celeo Redes Expansões (Avalistas), cujos recursos da CCB se destinam à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1. O valor total do financiamento foi de R\$ 800.000 divididos em 3 (três) subcréditos, liberados em 4 (quatro) parcelas entre 15 de junho de 2021 e 15 de novembro de 2022. Durante o exercício de 2021 houve o desembolso de R\$ 24.862, R\$ 93.190 e R\$ 261.265 referente aos subcréditos A, B e C respectivamente. Sobre o total da dívida incidirá a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC), composta pelo Fator de Atualização Monetária (FAM) e pelo Componente Prefixado da TFC de aproximadamente 1,3% ao ano. A dívida resultante da CCB possui fluxo de pagamentos mensais de encargos a partir de 15 de novembro de 2022 e de amortização de principal a partir de 15 de novembro de 2023 até o vencimento em 15 de novembro de 2044. Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2021	2020
Circulante	6.522	-
Não circulante	327.273	-
	333.795	-

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2021	2020
Em 2023	1.202	-
Em 2024	2.003	-
Em 2025	3.204	-
A partir de 2026	327.386	-
	333.795	-

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas "covenants" não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) não constituir reserva na forma estabelecida no contrato; (b) redução do capital social após a implantação do projeto para valor inferior a 30% do saldo devedor da CCB; (c) contratação de novos endividamentos sem autorização prévia e expressa do BASA (exceto pela emissão de debêntures já autorizada pelo banco); (d) cisão, fusão ou incorporação da emitente sem a prévia autorização do BASA; (e) descumprimento da destinação do crédito concedido por meio da CCB; (f) manter o Índice de Cobertura do Serviço da dívida (ICSD) mínimo de 1,3 (um inteiro e três décimos), apurados em balanço anual auditado a partir do pagamento de 12 (doze) meses de parcela de principal da dívida. (b) Refere-se aos custos com comissões bancárias e honorários advocatícios para obtenção do financiamento. A contra partida foi reconhecida no passivo circulante e não circulante na rubrica de contas a pagar.

	2021	2020
13 Debêntures	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	220.000	-
Captação	25.353	-
Juros apropriados	(27.722)	-
Custo de transação	738	-
Amortização - custo de transação	(a) 245.353	-
ebêntures	(b) (26.984)	-
Custo de transação	218.369	-

(a) A Companhia emitiu debêntures no dia 15 de abril de 2021 destinados à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1. O valor total captado foi de R\$ 220.000, sendo R\$ 219.880 disponibilizado para a Companhia em abril de 2021 e R\$ 120 em maio de 2021. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 5,6904% ao ano. As debêntures possuem fluxo de pagamentos semestrais de juros a partir de 15 de abril de 2023 e de principal a partir de 15 de abril de 2024 até o vencimento em 15 de abril de 2046. O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2021	2020
Em 2023	8.991	-
Em 2024	3.130	-
Em 2025	4.556	-
A partir de 2026	201.692	-
	218.369	-

As debêntures possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) cisão, fusão, incorporação (no qual a Companhia e/ou a Fiadora seja a incorporada) ou incorporação de ações da Companhia e/ou da Fiadora, ou qualquer forma de reestruturação ou reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou a Fiadora; (b) realização de resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Companhia, bem como distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão; caso (i) a Companhia e/ou a Fiadora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas; (ii) tenha ocorrido e esteja vigente qualquer evento de inadimplimento; e/ou (iii) não tenha sido observado ICSD igual ou superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício imediatamente anterior; (c) redução no capital social da companhia, exceto se autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação; (d) não observância, pela Companhia, por mais de 2 vezes consecutivas e/ou por mais de 4 vezes intercaladas, do ICSD, que deverá ser igual ou superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), a ser apurado pela Companhia anualmente, tendo por base as Demonstrações Financeiras da Companhia, a partir de 31 de dezembro de 2024. (b) Refere-se aos custos com comissões bancárias e honorários advocatícios para obtenção das debêntures. A contra partida foi reconhecida no passivo circulante e não circulante na rubrica de contas a pagar.

	2021	2020
14 PIS e COFINS diferidos	19.861	4.313
PIS	91.483	19.865
COFINS	111.344	24.177

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.

	2021	2020
Circulante	4.558	-
Não circulante	106.786	24.177
	111.344	24.177

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	2020
Imposto de renda	116.507	26.563
Contribuição social	41.943	9.563
	158.450	36.126

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e estão demonstradas a seguir:

	2021	2020
Pronunciamento técnico CPC 47	198.450	36.126
- Receita de Contrato com Cliente	158.450	36.126

16 Provisões: A Companhia não possui processos com chances prováveis e possíveis de perdas em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **17 Patrimônio líquido: (a) Capital social** - Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2021 ocorreram aportes de capital por meio de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 175.410, sendo R\$ 23.985 referente a exercícios anteriores e R\$ 151.425 referente a 2021, conforme nota explicativa 22. Após os aportes supracitados em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 225.372 (R\$ 49.962 em 31 de dezembro de 2020), dividido em 225.372.000 ações ordinárias (49.962.000 em 31 de dezembro de 2020) no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma. **(b) Reserva de lucros** - **i. Reserva legal** - Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor destinado foi de R\$ 11.836 e R\$ 3.117, respectivamente. **ii. Reserva de lucros a realizar** - Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor destinado foi de R\$ 56.222 e R\$ 14.808, respectivamente. O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. **iii. Reserva de retenção de lucros** - O montante do lucro líquido após as destinações legais são reconhecidas nessa conta. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor destinado foi de R\$ 168.666 e R\$ 44.425, respectivamente.

	2021	2020
18 Receita operacional líquida	942.395	225.938
Receita bruta	842.395	225.938
PIS e COFINS diferidos	(87.167)	(20.900)
Deduções da receita	(87.167)	(20.900)
	855.228	205.038

	2021	2020
19 Custos de construção	2021	2020
Serviços	(458.000)	(22.500)
Máquinas, equipamentos e materiais	(283.608)	(8.136)
Meio ambiente	1.670	(1.905)
Fundiário	(16.722)	(4.750)
	(460.000)	(110.291)

20 Despesas financeiras líquidas

	2021	2020
Rendimento de aplicação financeira	5.913	12
Outras receitas	70	-
Receitas financeiras	5.983	12
Juros das debêntures	(25.353)	-
Juros do financiamento	(13.159)	-
Outras despesas	(2.632)	(283)
Despesas financeiras	(41.144)	(283)
	(35.161)	(271)

21 Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Resultado antes dos impostos	359.048	94.471
Despesa de IRPJ e CSLL à alíquota nominal de 34% (Adições) / Exclusões	(122.077)	(32.121)
Despesa de IRPJ e CSLL à alíquota efetiva	(247)	-
Alíquota efetiva	(122.324)	(32.121)
	34%	34%

22 Transações com partes relacionadas: (a) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

	23.985	14.724
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019	-	9.296
Celeo Redes - aporte	-	(7.146)
Celeo Redes - resgate	-	-
Celeo Redes - transação para contas a pagar	(i) -	(16.874)
Celeo Expansões - aporte	151.425	73.847
Celeo Expansões - aumento de capital com AFAC	(ii) (175.410)	(49.862)
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	23.985	23.985

aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; ii) a avaliação das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, definição da margem de construção e O&M, definição da taxa de desconto e taxa de inflação projetada utilizadas na modelagem inicial do ativo de contrato; iii) avaliamos a atualização da contraprestação variável em função do impacto da atualização das taxas de inflação realizadas incidentes sobre a Receita Anual Permitida (RAP). v) realizamos o acompanhamento orçamentário com as gastos incorridos, para identificação de eficiência ou ineficiência a ser contabilizada por competência, e vi) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é de alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam in-

fluenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

	2021		2020	
	Passivo	Custo	Passivo	Custo
Elecnor	(i) -	(99.000)	24.522	(20.509)
Celeo Redes	(ii) -	-	1.829	-
	(99.000)	26.351	(20.509)	-

i. Refere-se ao custo com a Elecnor do Brasil Ltda (Elecnor). A Elecnor é a empresa responsável pela construção das linhas de transmissão da Companhia. ii. Refere-se a despesas pagas pela Celeo Redes. **(c) Remuneração da administração** - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo Redes e outras empresas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do Grupo Celeo. **23 Gestão de riscos financeiros: (a) Considerações gerais e políticas** - A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A Companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. **i. Gestão de risco de capital** - A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital. **ii. Gestão de risco de mercado** - Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indicadores de dívida, tais como índices de preço, que impactam as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas. **iii. Gestão de risco de crédito** - O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **iii.1 Risco de crédito com instituições financeiras** - Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez** - O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. **(a) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros** - A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(173.447)	(130.085)	(86.723)
Financiamento	Aumento IPCA	19.126	14.345	9.563
Debentures	Aumento IPCA	12.513	9.384	6.256

* fonte: série de estatísticas consolidadas publicadas em 31 de dezembro de 2021 no site do Banco Central (www.bcb.gov.br). O CDI e o IPCA para o cenário provável (12,75% e 5,73%) foi considerada da "Mediana - TOP 5" médio prazo para o ano de 2022. **(b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros** - Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício. **24 Coronavírus (COVID-19): (a) Context**